

O que aprendi com Paulo e Nita Freire

VENÍCIO A. DE LIMA

Resumo

A introdução deste pequeno ensaio descreve o encontro pessoal de seu autor com Paulo Freire, primeiro como um jovem militante Católico e mais tarde como um estudante adulto em busca de um tema para sua tese de doutorado. O autor se tornou amigo de Freire e de sua família e, em especial, de sua segunda esposa Nita. O ensaio sugere três áreas nas quais as idéias de Freire oferecem uma importante contribuição para os estudos da comunicação e da cultura: a teoria da comunicação dialógica; o potencial analítico de conceitos como “cultura do silêncio” e o conceito de direito à comunicação.

Abstract

The Introduction of this short essay describes the personal encounter of the author with Paulo Freire, first as a young Catholic militant and later as an adult student looking for a topic for his doctoral thesis. The author became a friend of Freire and his family, especially of his second wife Nita. The essay suggests three areas in which the ideas of Freire make a major contribution to the studies of communication and culture: the theory of dialogic communication; the potential of concepts such as “silent culture” for the analysis of contemporary mass media discourse; and the concept of the right to communicate.

INTRODUÇÃO

Tive contato com o trabalho de Paulo Freire ainda adolescente, como militante da Juventude Estudantil Católica (JEC) em Minas Gerais, no início da década de 60 do século passado. Sua proposta de alfabetização de adultos alimentava os sonhos de toda uma geração que via na conscientização coletiva dos eleitores brasileiros a possibilidade de levar à presidência da República um candidato legitimado pelo voto e capaz de fazer as “reformas de base” de que o país tanto carecia.

Frustrada a esperança de mudanças democráticas pelo golpe civil-militar de 1964, re-encontrei Paulo quando estudante de doutorado na University of Illinois, nos Estados Unidos. Estudá-lo e compreender o contexto sócio-político de sua ação, significava um acerto de contas com minhas próprias opções de vida. Por isso, apresentei ao Institute of Communication Research, na segunda metade da década de 70, uma proposta de pesquisa que buscasse as contribuições específicas de Paulo para o campo de estudos da comunicação e da cultura, possibilidade ainda inexplorada àquela época.

Conheci Paulo pessoalmente, em 1978, em consequência desse projeto. Agendei uma entrevista quando ele participava de um seminário na University of Michigan, em Ann Arbor. Desde então, até a sua morte em 1997, mereci o privilégio de sua amizade e, por diversas vezes, privei da sua convivência familiar. Conheci seus filhos e conheci Elza, sua primeira companheira. Depois da morte dela, continuei convivendo com Paulo e Nita, sua segunda esposa.

Na verdade, a morte de Elza e depois do próprio Paulo, fizeram com que minha convivência e minha amizade com Nita se estreitassem. Venho mantendo com ela uma estreita relação pessoal e intelectual, ao longo dos anos. Nita, incansavelmente e cumprindo a vontade expressa de Paulo, tem colecionado e publicado tudo aquilo que ele disse e/ou escreveu e que permanecia inédito após sua morte. Desta e de outras formas, Nita tem conseguido manter viva não só a memória de Paulo e de seu trabalho, mas a atualidade de seu pensamento.

É importante salientar a importância da contribuição decisiva de Nita Freire. No campo específico da comunicação e da cultura, com o qual trabalho e dentro do qual busco aprender os ensinamentos de Paulo, ela escreveu instigantes prefácios tanto para o meu *Mídia: Teoria e Política* (de Lima, 2001) quanto para a 2ª. edição revista e atualizada do *Comunicação e Cultura: as Idéias de Paulo Freire* (de Lima, 2011). Neste último, relançado em homenagem aos 90 anos de nascimento de Paulo, Nita re-elabora o conceito de comunicação dialógica a partir das idéias seminais de Freire de forma contemporânea e inovadora.

COMUNICAÇÃO E CULTURA EM FREIRE

Creio que a melhor contribuição possível à memória de Paulo seja mostrar como suas idéias permanecem atuais. É o que tento fazer, resumidamente a seguir, em relação ao campo de estudos da comunicação e da cultura.

(1) Freire é o principal representante contemporâneo da tradição teórica da *comunicação como diálogo*. Esta é também a posição de Clifford Christians, um dos mais importantes pesquisadores dessa tradição nos Estados Unidos (Christians, 1988, 1991).

Ainda em 2001 escrevi: se até recentemente esse modelo parecia inadequado para qualquer tipo de aplicação no contexto da chamada “comunicação de massa”, unidirecional e centralizada, hoje a nova mídia reabre as possibilidades de um processo dialógico mediado pela tecnologia. (...) O modelo normativo construído por Freire ganha atualidade e passa a servir de ideal para a realização plena da comunicação humana em todos os seus níveis (de Lima, 2001, p. 51).

A tradição da *comunicação como diálogo* ganha renovada importância e potencializa a possibilidade da interação permanente e *on line* no ato mesmo da comunicação. Freire teorizou a comunicação interativa antes da revolução digital, vale dizer, antes da Internet e de suas redes sociais. Como fez o próprio Freire, devemos nos remeter às suas reflexões sobre a teoria do conhecimento, base do conceito de comunicação como diálogo. Lá encontramos uma referência normativa revitalizada, criativa e desafiadora que será de imensa valia para pensar as novas tecnologias de comunicação e também pensar a sua regulação.

(2) Existe um enorme potencial analítico embutido em alguns conceitos introduzidos por Freire que ainda não foram plenamente explorados. Um exemplo eloqüente é certamente o conceito de “cultura do silêncio”, que discuto no capítulo III de *Comunicação e Cultura: as idéias de Paulo Freire* (de Lima, 2011).

Freire fala da nossa herança colonial de “mutismo” e mais tarde da “cultura do silêncio” dos oprimidos, impedidos de ter voz, mergulhados na submissão pelo silêncio. Ele recorre a trecho conhecido do Padre Antonio Vieira (1959) em famoso sermão pronunciado na Bahia, ainda na primeira metade do século XVII (1640) em que ele afirma “O pior acidente que teve o Brasil em sua enfermidade foi o tolher-se-lhe a fala”.

Não seria essa uma forma histórica de censura na medida em que a “cultura do silêncio” nega a boa parte da população sua liberdade fundamental de palavra, de se expressar? E quem seria, neste caso, o censor?

No Brasil colônia, certamente o Estado português e os muitos aliados que se beneficiavam da opressão aos povos nativos e aos escravos africanos. A própria sociedade era também “censora”, na medida em que convivia culturalmente com a exclusão de vários segmentos de qualquer participação civil. Por exemplo, as mulheres.

A *cultura do silêncio* freireana equivale, de certa forma, ao conceito de “efeito silenciador do discurso” introduzido pelo jurista norte americano Owen Fiss quando argumenta que, ao contrário do que apregoam os liberais clássicos, o Estado não é um inimigo natural da liberdade (Fiss, 2005, esp. capítulo 1). O Estado pode ser uma fonte de liberdade, por exemplo, quando promove

a robustez do debate público em circunstâncias nas quais poderes fora do Estado estão inibindo o discurso. Ele pode ter que alocar recursos públicos – distribuir megafones – para aqueles cujas vozes não seriam

escutadas na praça pública de outra maneira. Ele pode até mesmo ter que silenciar as vozes de alguns para ouvir as vozes dos outros. Algumas vezes não há outra forma. (p. 30)

Fiss usa como exemplo os discursos de incitação ao ódio, à pornografia e os gastos ilimitados nas campanhas eleitorais. As vítimas do ódio têm sua auto-estima destruída; as mulheres se transformam em objetos sexuais e os “menos prósperos” ficam em desvantagem na arena política. Em todos esses casos, “o efeito silenciador vem do próprio discurso”, isto é, “a agência que ameaça o discurso não é Estado”. Cabe, portanto, ao Estado promover e garantir o debate aberto e integral e assegurar “que o público ouça a todos que deveria”, ou ainda, garanta a democracia exigindo “que o discurso dos poderosos não soterre ou comprometa o discurso dos menos poderosos”.

(3) As idéias de Freire constituem a base teórica para a positivação da *comunicação como direito humano fundamental*.

A necessidade do desenvolvimento e da positivação de um direito à comunicação foi identificada há mais de 40 anos pelo francês Jean D’Arcy, quando diretor de serviços audiovisuais e de rádio do Departamento de Informações Públicas das Nações Unidas, em 1969. Onze anos depois, o famoso Relatório MacBride, publicado pela UNESCO (original 1980; 1983, p. 287-291), reconhecia pioneiramente o direito à comunicação.

Tanto a proposta de D’Arcy como o Relatório MacBride, na verdade, assumiam e consagravam a perspectiva “dialógica” da comunicação que já havia sido elaborada, do ponto de vista conceitual, por Freire no ensaio *Extensão ou Comunicação?* (1969).

Freire se diferencia da tradição dialógica dominante ao recorrer à raiz semântica da palavra comunicação e nela incluir a dimensão política da igualdade, da ausência de dominação. A comunicação implica um diálogo entre sujeitos mediados pelo objeto de conhecimento que por sua vez decorre da experiência e do trabalho cotidiano. Ao restringir a comunicação a uma relação entre sujeitos, necessariamente iguais, toda “relação de poder” fica excluída. A comunicação passa a ser, portanto, por definição, dialógica, vale dizer, de “mão dupla”, contemplando, ao mesmo tempo, o direito de informar e ser informado e o direito de acesso aos meios necessários à plena liberdade de expressão. O próprio conhecimento gerado pelo diálogo comunicativo só será verdadeiro e autêntico quando comprometido com a justiça e a transformação social. Essa é a base do direito à comunicação.

REFERENCES

- Christians, C. (1988). Dialogic communication theory and cultural studies. In N. Denzin (Ed.), *Studies in symbolic interaction* (Vol. 9) (pp. 3-31). Greenwich, CT: JAI Press.
- Christians, C. (1991). Paulo Freire's emancipatory strategy. In J.C. Pitt & E. Lugo (Eds.), *The technology of discovery and the discovery of technology* (pp. 271-287). Blacksburg, VA: The Society for Philosophy and Technology.
- de Lima, V.A. (2001). *Mídia: Teoria e política*, Prefácio de Nita Freire. São Paulo: Perseu Abramo.
- de Lima, V.A. (2011). *Comunicação e cultura: As idéias de Paulo Freire*, (2nd ed.), nova introdução, Prefácio de Nita Freire. Brasília/São Paulo: EdUnB/Perseu Abramo
- Fiss, O. (2005). *A Ironia da liberdade de expressão*. Rio de Janeiro: Renovar.
- Freire, P. (1969). *Extensión o comunicación?* Santiago, Chile: Instituto de Capacitación e Investigación em Reforma Agrária, ICIRA.
- Fisher, D. (1984). *O Direito de comunicar – Expressão, informação e liberdade*,. São Paulo: Brasiliense.
- UNESCO (1983). *Um mundo e muitas vozes – Comunicação e informação na nossa época*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Vieira, S.J., Pe. Antônio (1959). Sermão da Visitação de Nossa Senhora [1640]. In *Obras Completas de Pe. Antonio Vieira – Sermões*, Vol. III, Tomo IX; Porto, Portugal: Lello & Irmão Editores.